

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA**

SUSY SILVA DOS SANTOS

**A CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO PRODUZIDO SOBRE AS POLÍTICAS
EDUCACIONAIS DESENVOLVIDAS NO PIAUÍ (1996-2022).**

**PARNAÍBA
2025**

SUSY SILVA DOS SANTOS

**A CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO PRODUZIDO SOBRE AS POLÍTICAS
EDUCACIONAIS DESENVOLVIDAS NO PIAUÍ (1996-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado como requisito para obtenção
da graduação em Licenciatura em
Pedagogia na Universidade Estadual do
Piauí, sob a orientação da Profa. Dra.
Samara de Oliveira Silva.

PARNAÍBA
2025

S237c Santos, Susy Silva dos.

A circulação do conhecimento produzido sobre as políticas educacionais desenvolvidas no Piauí (1996–2022) / Susy Silva dos Santos. – 2025.

34 f.

Monografia (graduação) – Licenciatura em Pedagogia, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Universidade Estadual do Piauí, Parnaíba-PI, 2025.

Orientadora: Prof.^a Dra. Samara de Oliveira Silva.

1. Política educacional. 2. Produção acadêmica. 3. Circulação do conhecimento. I. Silva, Samara de Oliveira. II. Título.

CDD 379.201

SUSY SILVA DOS SANTOS

A CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO PRODUZIDO SOBRE AS POLÍTICAS
EDUCACIONAIS DESENVOLVIDAS NO PIAUÍ (1996-2022)

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado como requisito para obtenção
da graduação em Licenciatura em
Pedagogia na Universidade Estadual do
Piauí, sob a orientação da Profa. Dra.
Samara de Oliveira Silva.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Samara de Oliveira Silva (UESPI)
Presidente

Profª. Ana Beatriz Lima da Silva - Mestranda em Educação (UFSCAR)
Examinador (a)

Profª. Bianca Cordeiro Lessa (SEDUC)
Examinador (a)

Dedico este trabalho as minhas filhas, Evellen e Lorrana, que desde o início foram as maiores incentivadoras para o meu ingresso em um curso superior. Que este esforço simbolize o valor do estudo, do empenho e da superação.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por me conceder forças e a graça de realizar esse sonho.

Agradeço às minhas filhas amadas, Lorrana e Evellen, pois, foram elas que me inscreveram no ENEM e me incentivaram a ingressar em um curso superior, acreditaram que eu seria capaz mesmo aos meus 47 anos. Elas sempre incentivaram o meu crescimento pessoal e me apoiaram em decisões difíceis que precisei tomar para continuar estudando. As minhas filhas, são as pessoas mais importantes desse mundo para mim.

Ao meu amigo e ex-companheiro Jailson Mascarenhas, pessoa que enquanto estive do meu lado me incentivou e me apoiou a estudar e a concluir o Ensino médio. É inegável a sua participação nesse processo.

Agradeço à minha querida irmã Sílvia, que mesmo à distância esteve presente todo esse tempo comigo, me compreendendo e me dando forças.

Agradeço aos meus amigos de faculdade Mailson e Francisca, que desde o início do curso estiveram comigo e permaneceram até o final.

Agradeço à minha orientadora Samara, pela paciência, orientações e confiança que dedicou em meu trabalho.

Estendo os meus agradecimentos a todos os professores do curso, pelos conhecimentos compartilhados. Principalmente a professora Maria de Jesus, pelo convite a participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica -PIBIC, agradeço também a professora Enayde, por me ensinar os primeiros passos na pesquisa científica.

Sou grata a todos que de alguma forma me incentivaram nessa caminhada.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) teve por objetivo geral: analisar a produção do conhecimento sobre as políticas educacionais desenvolvidas no Piauí no que se refere às publicações em periódicos presentes no Banco de Periódicos da Capes, no período de 1996 a 2022. E com objetivos específicos: a) estudo objetivou mapear a produção acadêmica em política educacional sobre o Piauí no Banco de Periódicos da CAPES; b) investigar o processo de circulação da produção em política educacional no Piauí em sites de periódicos; c) delinear as tendências de pesquisa, lacunas e metodologias presentes na pesquisa em política educacional no Piauí; O estudo buscou compreender como se desenvolve o processo de circulação da produção do conhecimento sobre as políticas educacionais no Piauí com uma investigação realizada por meio de uma revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa, apoiando-se em Mello (1999), Bello, Jacomini e Minhoto (2014), Sander (2005), Stremel (2016), Mainardes e Tello (2016), entre outros. Para a análise dos dados adotou-se como fonte de pesquisa os artigos coletados diretamente no Portal de Periódicos da CAPES, que abordavam sobre o tema estudado. Os resultados dessa busca se deram na coleta de onze artigos em que as publicações foram selecionadas a partir do ano de 2007, considerando os eixos temáticos: Financiamento da Educação, Planejamento e Gestão da Educação, Avaliação Educacional. A conclusão das análises sinalizou tardia a circulação e pouca produção do conhecimento sobre as políticas educacionais no Piauí, sendo o Financiamento da Educação Básica a temática principal abordada nas produções analisadas. Considera-se que o resultado deste estudo pode nortear outros questionamentos sobre o tema pesquisado, contribuindo para novas produções acadêmicas e para construção do campo política educacional.

Palavras-chave: Política Educacional; Produção acadêmica; Circulação do conhecimento.

ABSTRACT

This Final Course Paper (TCC) had the general objective of analyzing the production of knowledge about educational policies developed in Piauí in relation to publications in journals included in the CAPES Periodicals Database, from 1996 to 2022. The specific objectives were: a) to map academic production on educational policy concerning Piauí in the CAPES Periodicals Database; b) to investigate the circulation process of educational policy production in Piauí on journal websites; c) to outline research trends, gaps, and methodologies present in educational policy research in Piauí. The study sought to understand how the process of circulating knowledge about educational policies in Piauí unfolds through an investigation conducted via bibliographic review, using a qualitative approach, supported by Mello (1999), Bello, Jacomini, and Minhoto (2014), Sander (2005), Stremel (2016), Mainardes and Tello (2016), among others. For the data analysis, the research source adopted was the articles collected directly from the CAPES Journal Portal, which addressed the topic studied. The results of this search involved the collection of eleven articles, with the publications selected from the year 2007 onward, considering the thematic axes: Education Financing, Education Planning and Management, Educational Assessment. The conclusion of the analyses indicated a late circulation and low production of knowledge about educational policies in Piauí, with the Financing of Basic Education being the main theme addressed in the works analyzed. It is considered that the result of this study may guide other questions on the researched topic, contributing to new academic productions and to the construction of the educational policy field.

Keywords: Educational Policy; Academic production; Knowledge circulation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Artigos selecionados para Estudo (2007-2022).....	21
Quadro 2: Resumos dos artigos selecionados	24
Quadro 3: Tendências de pesquisa dos artigos selecionados.....	28

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
SEÇÃO I	14
1.1 A METODOLOGIA DA PESQUISA: caminhos metodológicos do estudo.....	14
SEÇÃO II	16
2.1 SOBRE A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO ESTADO DO PIAUÍ	16
2.2 A POLÍTICA EDUCACIONAL ENQUANTO CAMPO DE CONHECIMENTO.....	16
2.3 A CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL	19
SEÇÃO III	21
3.1 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E OS DESAFIOS METODOLOGICOS PARA A PESQUISA EM EDUCAÇÃO	21
SEÇÃO IIII	31
4.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS	32

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa apresenta os resultados de uma investigação sobre a circulação do conhecimento sobre as políticas educacionais desenvolvidas no Piauí entre os anos de 1996 e 2022. As políticas educacionais de acordo com Mello (1999) “são subcampos das Políticas Públicas”. São ações governamentais que podem ser desenvolvidas a nível federal, estadual ou municipal, tendo em vista fornecer subsídios para a educação pública no país, considerando que esse é um direito social garantido a todos os cidadãos brasileiros pela Constituição Federativa da República do Brasil (BRASIL, 1988), que simboliza a redemocratização do país após o regime militar.

A trajetória das políticas educacionais encontra-se inserida no contexto de lutas das políticas públicas e de determinados grupos da sociedade que lutam pelo direito a uma educação de qualidade do país. Os estudos apontam que essas ações buscam oferecer igualdade no sistema educacional, considerando as peculiaridades de cada estudante. De maneira que o envolvimento da comunidade, da família e de outros setores sociais resultam no alcance de melhores resultados.

O conceito de políticas públicas é discutido pelos autores, Muller e Surel (2002, p.13) que afirmam que essas ações, “são sempre suscetíveis de serem postos em questão, através de um processo constante de redefinição da estrutura, portanto, dos limites dos campos políticos”. De acordo com esses autores as políticas públicas devem ir além das ações governamentais, eles propõem que outros atores, como a sociedade civil, grupos de interesse e instituições interajam e construam sentido sobre os problemas públicos, que sejam compreendidas como processos sociais. Sob esse olhar, é possível conceituar política educacional como “movimentos complexos, com participação de diferentes sujeitos sociais, cujas ações e comportamentos repercutem no conjunto da sociedade” (Bello; Jacomini; Minhoto, 2014. p. 375). Nessa mesma linha de pensamento entende-se, que as políticas educacionais são ações que se transformam conforme mudam os sujeitos envolvidos.

Para essa pesquisa adotou-se como recorte a produção dos artigos científicos presentes no Banco de Periódicos da CAPES, no período de 1996 a 2022, sobre as políticas educacionais desenvolvidas no Piauí. Com isso, definiu-se para esse estudo o seguinte objetivo geral: analisar a produção do conhecimento sobre as políticas

educacionais desenvolvidas no Piauí, no que se refere às publicações em periódicos presentes no Banco de Periódicos da Capes, no período de 1996 a 2022. Especificamente, mapear a produção acadêmica em políticas educacionais sobre o Piauí no Banco de Periódicos da CAPES; investigar o processo de circulação da produção em políticas educacionais no Piauí em sites de periódicos; delinear as tendências de pesquisas, lacunas e metodologias presentes na pesquisa em Política Educacional no Piauí.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), resulta dos estudos e pesquisas desenvolvidas durante dois anos nas atividades da discente como bolsista do Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), no período de novembro de 2022 a outubro de 2024. A pesquisa intitulada “A circulação do conhecimento produzido sobre as políticas educacionais desenvolvidas no Piauí (1996 – 2022)”, sob orientação da Profa. Dra. Samara de Oliveira Silva, coordenadora do Projeto de investigação vinculada à célula de pesquisa “Produção do Conhecimento sobre Política Educacional do/no Piauí” participante do Projeto Interinstitucional (UFPI, UESPI e IFPI) “Observatório da Política Educacional Piauiense”: monitoramento da ação estatal e direito à educação” desenvolvida pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Políticas e Gestão da Educação (NUPPEGE).

Dessa forma, esse trabalho se justifica por sua contribuição com a formação de novos pesquisadores, para fomentar novas possibilidades investigativas tornando isso possível com uma sistematização clara e objetiva sobre a produção e circulação do conhecimento, pela necessidade acerca dos estudos para construção e consolidação do campo Política Educacional e para a ampliação das redes de pesquisas através da criação de um “reservatório digital” composto por documentos (artigos, teses e outros) específicos sobre políticas educacionais no Piauí, para uso de outros pesquisadores dessa área.

A metodologia do estudo, desenvolveu-se de uma pesquisa exploratória inicialmente com a elaboração de um panorama que mostrasse as pesquisas dessa temática, já presentes nas produções acadêmicas sobre as políticas educacionais desenvolvidas no Piauí. Posteriormente a esse processo de busca, fez-se uma sistematização classificando as informações apresentadas nesses trabalhos, facilitando a busca e o acesso do público em geral, tornando-se possível com uma sistematização clara e objetiva sobre a produção e circulação do conhecimento, sendo

preciso ampliar as redes de pesquisas para que seja explorado o campo teórico e metodológico, chegando a uma análise compreensiva do campo.

As obras produzidas sobre essa temática, representam a realidade vivida seja no estado ou município. As políticas educacionais voltadas para o transporte, alimentação, educação rural, educação continuada, inclusão de pessoas com deficiências e inclusão da tecnologia na educação são abordagens discutidas e bem fundamentadas dentre as produções acadêmicas dos membros do Projeto de Pesquisa.

Neste contexto, esse estudo buscou responder à seguinte questão: Quais temáticas e metodologias têm orientado a produção do conhecimento sobre as políticas educacionais no estado do Piauí, no período de 1996 a 2022? Questiona-se ainda, como essas escolhas refletem as tendências, lacunas e perspectivas do campo de estudos sobre políticas educacionais no Estado do Piauí?

Tomamos como base para fundamentar o estudo sobre Política Educacional, os autores citados a seguir: Melo (1999), Sander (2005), Bello, Jacomini e Minhoto (2014), Stremel (2016), Mainardes e Tello (2016). O percurso metodológico, ancorou-se nos autores: Gunther (2006), Lakatos (2017) dentre outros. O estudo teve abordagem qualitativa, pois, se deu a partir da análise de textos já existentes.

A estrutura desse trabalho está dividida nas seções: Introdução, especifica o tema, recorte temporal, objetivo geral e específicos, questão norteadora do trabalho, justificativa e o método utilizado para o estudo; Metodologia, onde consta o percurso e os procedimentos utilizados para construção da pesquisa; Referencial Teórico, seção que onde é feito a fundamentação do estudo sobre campo do conhecimento e circulação do conhecimento da Política educacional; Discussão dos Resultados, apresenta os resultados da pesquisa, possibilitando a compreensão de como tem ocorrido a circulação do conhecimento produzido sobre as políticas educacionais desenvolvidas no Piauí (1996-2022); por fim as Considerações Finais, com o parecer da pesquisa.

SEÇÃO I

1.1 A METODOLOGIA DA PESQUISA: caminhos metodológicos do estudo

A pesquisa situa-se no campo de estudo Estado da Arte, refere-se a uma revisão sistemática que busca compreender a produção de conhecimento sobre as políticas educacionais que são desenvolvidas no estado do Piauí a partir dos artigos científicos disponíveis no Portal de Periódicos da Capes, publicados entre os anos de 1996 e 2022. Nessa seção esclarecemos os caminhos e as etapas metodológicas adotadas para essa pesquisa.

Para a metodologia adotada nesse trabalho, foi considerado as orientações de diferentes autores, como Gunther (2006), Lakatos (2017), Gerhardt e Silveira (2009), entre outros, que possibilitou uma escolha consciente do percurso e dos procedimentos assumidos.

A investigação desenvolvida foi de abordagem qualitativa, integrando técnicas quantitativas e qualitativas na coleta, sistematização e análise dos dados. A abordagem da pesquisa qualitativa exige que o mundo seja examinado com ideia de que nada é trivial que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo (Bogdan; Biklen, 1994, p.49). Para desenvolver essa pesquisa, considerou-se esse tema relevante dentro do campo educacional.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa teve como fonte de dados a produção bibliográfica sobre a temática investigada. O estudo foi realizado a partir de um levantamento bibliográfico dos artigos produzidos sobre as políticas educacionais do/no Piauí, através de busca online, no Portal de Periódicos da CAPES.

A investigação foi de natureza qualitativa, pois deu-se “baseada em textos” primários (Gunther, 2006), foi executada com uma consistente sistematização dos termos de busca (Política Educacional ou Política Educativa e Piauí) no Portal de Periódicos da CAPES. Lakatos (2017) diz que usar termos apropriados, consistentes e definidos, pode contribuir para uma compreensão clara da realidade observada. Isto é, definição dos termos adequados de busca é uma parte importante nessa etapa da investigação, pois, eles direcionam o pesquisador ao objeto de pesquisa com mais precisão. Assim, incluiu-se alguns critérios de inclusão e exclusão de busca, dentre eles: A escolha do material a ser pesquisado (artigos) idioma (português) ano de

publicação (1996 a 2022) separados por blocos anuais, considerando a relevância do trabalho mais antigo para o mais recente.

A partir desse processo de busca, feito a coleta dos artigos que tratam do tema investigado, criou-se uma pasta no drive para armazenar todos os arquivos selecionados, visando fazer a leitura dos resumos para uma análise posteriormente. Após a leitura dos resumos, os dados encontrados foram sistematizados em planilhas do Software Excel, destacando os seguintes elementos: ano de publicação, banco/base de dados, revista, título do trabalho, autor, orientador, resumo, palavras-chave, recorte, eixo, temática, níveis, etapas, modalidades, referências, situação no banco de dados, e link do artigo. Após feita a estruturação dos dados qualitativos desses trabalhos, estes foram remetidos à análise para que se possa construir um conhecimento no que se refere ao tema estudado a partir do método hipotético-dedutivo de Gerhardt e Silveira (2009, p. 54) que diz: “A construção parte de um postulado ou conceito como modelo de interpretação do objeto estudado”. Cabe ressaltar que o estudo se deu a partir dos artigos coletados no Portal de Periódicos da Capes que abordam sobre o tema Política Educacional no Piauí.

Por fim, ressalta-se que os trabalhos selecionados foram depositados no Repositório Institucional, criado pelas instituições Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Universidade Federal do Piauí - UFPI e Instituto Federal do Piauí – IFPI, para fins de facilitar o acesso a documentos que tratam das políticas educacionais piauienses.

A circulação do conhecimento sobre políticas educacionais é de grande importância, especialmente quando consideramos estudos como este, que oferecem análises mais detalhadas e esclarecedoras sobre o desenvolvimento dessas políticas. Contudo ainda há muito o que ser desbravado e estudado pelo meio acadêmico no campo da Política educacional.

SEÇÃO II

2.1 SOBRE A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO ESTADO DO PIAUÍ

Nesta seção, discutimos dois tópicos relevantes para a compreensão de nossa pesquisa, são eles: Política educacional enquanto campo de conhecimento e o processo da Circulação do conhecimento das políticas educacionais. As políticas públicas educacionais abrangem um conjunto de programas, medidas e diretrizes que visam assegurar o acesso, a permanência e a qualidade da educação brasileira.

Contudo, o estudo sobre esse campo é fundamental para examinar a circulação do conhecimento produzido sobre essa temática, além de ser um tema importante para a compreensão de como o Estado lida com o dever de garantir o direito à educação pública do país. Para a fundamentação teórica, da política educacional como campo e sobre a circulação do conhecimento, usamos as contribuições dos autores Stremel (2016), Mainardes e Tello (2016), Sander (2005) dentre outros citados.

2.2 A POLÍTICA EDUCACIONAL ENQUANTO CAMPO DE CONHECIMENTO

Na década de 1930, os autores Lourenço Filho e Anísio Teixeira já sinalizavam em suas publicações “uma tendência mais sociológica no estudo das políticas educacionais e da administração do ensino” relata Sander (2005, p.44). Mas, a institucionalização do campo acadêmico da política educacional no Brasil, ocorreu a partir da década de 1960 dentro do contexto histórico-político do regime militar (1964 a 1985).

A autora Stremel, relata que:

[...] a política educacional no Brasil começa a emergir como campo acadêmico específico a partir da década de 1960, tendo como antecedentes os estudos sobre a situação do ensino do país e sobre a administração escolar, administração educacional e educação comparada (2016, p.17).

Nesse período alguns aspectos contribuíram para a constituição desse campo, a partir dessa época o termo “política educacional” ou “políticas educacionais” passaram a serem usados com mais frequência em títulos de teses, dissertações, livros, artigos e publicações oficiais, a criação da Associação Nacional de Política e Administração da Educação - ANPAE (1961), a implantação da Pós-Graduação no Brasil (1965), Criação de periódicos da área da educação (1971), criação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED (1976), fundação do Centro de Estudos Educação e Sociedade - CEDES e da Associação Nacional de Educação - ANDE, realização das Conferências Brasileira de Educação - CBEs (1980-1991), criação do GT 5 – Estado e Política Educacional (1986-1987). Nessa época da ditadura militar no Brasil, a “educação baseava-se na perspectiva do planejamento e da racionalização técnica” (Stremel, 2016, p. 23). Isto é, a educação era vista como um processo técnico e funcional, onde o objetivo principal era formar mão de obra qualificada para o mercado de trabalho industrial.

Somente nos anos 90, esse campo teve uma considerável expansão como objeto de estudo, tornando-se específico. Dando-se isso, pela ruptura institucional e a conquista da democracia brasileira, este foi impulsionado pelas mudanças decorrentes das reformas educacionais neoliberalistas que ocorreram naquela época, durante o mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 1998 - 1999 a 2002), com a implantação de programas voltados para educação e ampliação das políticas educacionais, gerando assim novos objetos de estudos dentro dessa área (Stremel, 2016). A exemplo temos a criação de disciplinas na graduação, criação de linhas e de grupos de pesquisa na pós-graduação e de periódicos especializados.

Desde então, este campo “encontra-se em fase de expansão e busca de consolidação” (Stremel, 2016, p. 18). Assim, ressalta Duarte (2018, p. 16), “a política educacional é reconhecida como um campo acadêmico de conhecimento em construção”. Considera-se que o desenvolvimento desse campo tem se apoiado na Constituição de 1988, que reconhece a educação como um direito social de todos os cidadãos brasileiros e um dever do Estado, nessa mesma linha apoia-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sancionada em 1996, que estabelece a gratuidade do ensino público como um dos princípios básicos e atribui ao Estado a responsabilidade de subsidiar esses direitos. De forma que, com a redemocratização do país, as políticas educacionais têm sido um tema muito discutido no campo acadêmico.

De modo sintético, Stremel (2016, p. 36) conceitua campo como “diferentes espaços da prática social”, que possuem autonomia de funcionamento, apesar das semelhanças desses espaços, que estrutura suas relações e sua organização em torno de objetivos e práticas ligados a cada campo.

O campo da política educacional apesar de ser um campo específico de investigação, tem se desenvolvido dialogando com outros campos, tais como: economia, ciência política e ciência social, sendo objeto de estudo de diversos pesquisadores que buscam compreender como se formam, se estruturam e se legitimam os saberes produzidos nessa área.

Os autores Mainardes e Tello (2016, p. 5) afirmam que “no caso da América Latina, a política educacional é um campo recente e ainda em processo de consolidação”. Esses autores abordam também sobre a carência existente na construção desse campo no Brasil, e discutem a importância de se superar as dificuldades existentes no processo de consolidação do mesmo, a exemplo: a falta de análises críticas nos trabalhos acadêmicos, poucas universidades com essa linha de pesquisa, cortes de verbas e descontinuidade de políticas públicas interferem nesse processo.

Essas discussões sobre o campo educacional, tem forte influência do pensamento de Bourdieu (2005), o autor discute a relação do conhecimento e interesse, o autor afirma, que não há conhecimento desinteressado no campo educacional. “Interesse é ‘estar em’, participar, admitir, portanto, que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos; é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos” (Bourdieu, 2005, p. 139). Portanto, esses autores revelam que o campo da política educacional tem sido um espaço de lutas pelo reconhecimento e poder dentro do espaço acadêmico e político, a luta dos agentes por posições no campo é evidenciado o poder aos que possuem o capital específico e a subordinação aos que possuem pouco ou nenhum capital específico.

O autor Pierre Bourdieu (2004, p.20), denomina campo como, “[...] o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência”. Nesse sentido, os autores Mainardes e Tello, descrevem o campo acadêmico da Política Educacional: Os campos acadêmicos constituem-se como tais quando são nomeados, ou seja, quando um espaço institucional é criado, por

exemplo, em universidades ou centros de pesquisa, com a criação de departamentos, disciplinas, linhas ou grupos de pesquisa; ou ainda a criação de revistas especializadas, associações específicas, etc. (2016, p.5).

Com base nesses autores, entende-se que o governo, a sociedade e os próprios pesquisadores são sujeitos influenciadores desse campo, que ao se posicionarem negociam e competem pelo reconhecimento e pela produção de saberes. Portanto, a construção do campo das políticas educacionais tem sido um esforço intelectual de interesses.

2.3 A CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL

A partir desta perspectiva sobre o campo do conhecimento da política educacional no Brasil, é mister compreender que a circulação do conhecimento sobre essa temática, se torna relevante para a compreensão de como está acontecendo o desenvolvimento dessas ações no campo educacional. Ressalta-se que a circulação do conhecimento sobre as políticas educacionais, tem sido um esforço intelectual no que se refere a políticas e gestão educacional. Sander (2005) revela que esse processo vem acontecendo desde as últimas décadas no meio acadêmico e nos foros educacionais do país.

Segundo Sander (2005), os estudos sobre a política educacional no Brasil, tomou consistência a partir da criação do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo (1971), onde “um grupo de pesquisadores de alto nível” foram reunidos e deram uma contribuição relevante para o desenvolvimento da política educacional (Sander, 2005, p. 15). Com isso, destacamos a contribuição dos grupos/núcleos de estudos na disseminação de pesquisas e produção do conhecimento em políticas educacionais.

Em 1981, a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) promoveu um encontro nacional em parceria com a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, reunindo administradores e pensadores da administração do País. Esse evento foi pautado em quatro movimentos influenciadores da educação: eficiência econômica, eficácia técnica, efetividade política, a administração para a relevância cultural, relata Sander (2005).

Os Simpósios promovidos pela ANPAE datam a partir de 1961, e esses ocorrem em periódicos bianuais e têm como objetivo a análise e socialização de estudos e experiências inovadoras em matéria de políticas e práticas de administração educacional, de gestão escolar, universitária e de formação e valorização dos profissionais da educação. A ANPAE também promove outras atividades, como os Congressos Internacionais e os Seminários Regionais. Os Congressos são eventos promovidos desde 1968, e ocorrem a cada dois anos.

Nesse contexto, ressaltamos o valor das contribuições acadêmicas tomando como focos de estudos recorrentes e necessários sobre a construção do conhecimento em políticas educacionais em matéria de gestão democrática e fundamentos para discussões relacionadas a demandas educacionais e ações pedagógicas (Sander, 2005).

SEÇÃO III

3.1 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E OS DESAFIOS METODOLOGICOS PARA A PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Nessa seção será apresentado os resultados e discussões dos dados analisados dos artigos que abordam o tema estudado. A análise se deu através de mapeamento das produções acadêmicas (artigos), investigou-se como se desenvolveu o processo de circulação do conhecimento sobre as políticas educacionais no Piauí, descrevendo as tendências de pesquisa, lacunas e metodologias presentes na pesquisa em política educacional no Piauí. Logo abaixo será apresentado esses dados organizados para melhor compreensão.

Nesse processo, foi organizado os artigos que tratam das políticas educacionais piauienses, identificando o ano de publicação, os títulos, os autores, a revista onde foram publicados e o link de acesso desses trabalhos. Para isso, foi feito a sistematização apresentada no quadro abaixo.

Quadro 1: Artigos selecionados para Estudo (2007-2022)

Código	Ano	Título	Autor	Revista/Publicação	Link
1	2007	Avaliar aprendizagem: uma questão de formação docente.	Carmesina Ribeiro Gurgel; Raimundo Hélio Leite	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação.	https://doi.org/10.1590/S0104-40362007000100009
2	2009	O financiamento da educação pública municipal de Teresina: o custo-aluno/ano.	Luis Carlos Sales; Magna Jovita	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação.	https://doi.org/10.1590/S0104-40362009000400008
3	2011	Financiamento da educação infantil em seis capitais Brasileiras.	Marcos Edgar Bassi	Cadernos de Pesquisa	https://doi.org/10.1590/S0100-15742011000100007
4	2013	Desigualdades educacionais no espaço urbano: o caso Teresina.	Maurício Érnica	RBE- Revista brasileira de educação	https://doi.org/10.1590/S1413-24782013000300002

5	2016	O custo aluno da Educação Infantil de Teresina: entre a realidade do Fundeb e o sonho do CAQI.	Luís Carlos Sales; Antônia Melo de Souza	Educação em Revista	https://www.scielo.br/j/edur/a/BzmCjf7Vg7YJMv6qCcQMzKw/?lang=pt
6	2019	Escola militar para quem? O processo de militarização das escolas da rede estadual de ensino do Piauí.	Marina Gleika Felipe soares; Samara de Oliveira Silva; Lucine Rodrigues Vasconcelos Borges de Almeida; Lucineide Maria Dos Santos Soares; Rosana Evangelista da Cruz.	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação	Vista do Escola militar para quem? O processo de militarização das escolas na rede estadual de ensino do Piauí (ufrgs.br)
7	2020	Jornada de trabalho e docência: uma análise da hora-atividade na rede estadual do Piauí.	Adriana e Silva Sousa; Dante Henrique Moura	Revista Educação em Questão	https://doi.org/10.21680/1981-1802.2020v58n55ID19125
8	2020	Panorama Geral do Financiamento da Educação na Rede Estadual do Piauí, pós instituição do Fundeb no Brasil.	Samara de Oliveira Silva; Theresa Maria de Freitas Adrião; Lucine Rodrigues Vasconcelos Borges de Almeida	FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação	https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/103897/58660
9	2021	Avaliação externa e gestão da educação infantil no município de Teresina, Piauí.	Carmen Lucia de Souza Lima; Marcelo Soares Pereira da Silva	Estudos em Avaliação Educacional	Vista do Avaliação externa e gestão da educação infantil no município de Teresina, Piauí (fcc.org.br)
10	2022	Psicólogas Piauienses em Políticas Educacionais: demandas e	Marcelly de Oliveira Barros; Fauston Negreiros;	Revista de Psicologia	https://doi.org/10.36517/1036517/revpsiufc.13.2.2022.8

		modelos de atendimento.	Leilanir de Sousa Carvalho		
11	2022	Avaliação diagnóstica no ensino fundamental anos iniciais: relato de experiência sobre uma intervenção na língua portuguesa na rede municipal de ensino de Caxingó/PI.	Ana Christina de Sousa Damasceno; Christiana de Sousa Damasceno; Sílvia Maria de Oliveira Ribeiro	Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional	https://doi.org/10.51281/impa.e022010

Fonte: SCIELLO Brasil, 2024.

No tocante foram localizados 11 (onze) artigos que tratam do tema da pesquisa referente às políticas educacionais desenvolvidas no Piauí, no período de 1996 a 2022. O estudo apontou que as publicações desses artigos aconteceram nos anos de 2007, 2009, 2011, 2013, 2016, 2019, 2021 e 2022. Considerando o recorte temporal da pesquisa, foi possível identificar a ausência de publicação de artigos sobre o tema estudado entre os anos de 1996 a 2006.

Sobre os intervalos entre essas publicações nos anos citados, nota-se que houve uma demanda de produção a cada dois anos entre o período de 2007 a 2013. Já no período seguinte, entre os anos 2013 e 2019, essa demanda baixou para uma produção a cada três anos, enquanto nos anos seguintes os dados mostram que houve sequência dessas publicações, em 2020 e 2022 ocorreram duas publicações em cada um desses anos, apresentando assim, um aumento dessa produção acadêmica sobre o tema pesquisado no Portal de Periódicos da Capes.

Através dos títulos desses trabalhos pode-se perceber a diversificação das temáticas de estudo sobre as políticas educacionais abordadas pelos autores. Quanto aos autores desses artigos, a maioria deles são de instituições piauienses, dentre eles: Samara de Oliveira Silva, Theresa Maria de Freitas Adrião, Lucine Rodrigues Vasconcelos Borges de Almeida e outros.

Sobre o local de publicação, esses trabalhos foram selecionados nas revistas citadas a seguir, distribuídos da seguinte forma: Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação (2), Cadernos de Pesquisa (1), Revista Brasileira de Educação (1), Educação em Revista (1), RBPAE (1), Revista Educação em Questão (1), FINEDUCA-Revista de Financiamento da Educação (1), Estud. Aval. Educ. (1), Revista IMPA (1),

Revista de Psicologia (1). Ressalto, que através do link fornecido nesse texto, torna-se possível cessar os artigos completos. O quadro 2 apresenta-se os resumos desses artigos submetidos a análise.

Quadro 2: Resumos dos artigos selecionados

CÓDIGO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVE
1	<p>O objeto de estudo desta pesquisa foi analisar as práticas avaliativas na perspectiva do docente para buscar referenciais que possam instrumentalizar a aquisição de competências a fim de avaliar aprendizagens. O campo empírico de investigação foi a Universidade Federal do Piauí – Campus Teresina, cujo universo envolveu 473 docentes bacharéis doutores e mestres. A amostra para a realização da entrevista e aplicação do questionário foi de 40 docentes dos seis centros de ensino. O tempo de magistério de 80% desses docentes varia entre 16 e 26 anos. Para tratamento dos dados utilizou-se a análise de conteúdo, conforme Laurence Bardin. Os resultados mostraram que: (1) a UFPI apresenta uma estrutura organizacional que retrata o modelo das demais universidades brasileiras; (2) adota uma política consistente de qualificação docente, contribuindo para o fortalecimento da sua função pesquisadora; (3) a verificação da aprendizagem dos discentes é institucionalizada apenas em relação às normas para a realização das avaliações, ficando as metodologias avaliativas a critério dos docentes; (4) o docente pós-graduado stricto sensu não garante que se torne mais ou menos competente para docência superior; (5) a articulação entre o ensino de graduação e a pesquisa ocorre a partir do desenvolvimento de projetos de monitorias, de iniciação à pesquisa, de cursos de extensão e da orientação de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC; (6) 25% dos mestres ou doutores concentram suas atividades em projetos de pesquisa, 60% se dedicam mais ao ensino do que à pesquisa e 15% desenvolvem atividades de extensão; (7) os maiores obstáculos que os egressos da pós-graduação enfrentam ao retornarem à UFPI são referentes a realização de projetos de pesquisa e dificuldades de transposição dos conteúdos para os alunos de graduação; (8) há o reconhecimento da necessidade de uma capacitação na área pedagógica; (9) 56% dos alunos dos docentes da amostra consideram-se satisfeitos com as metodologias de avaliação desenvolvidas por eles e os demais sugerem um repensar na forma de conduzir o processo avaliativo porque não retrata uma metodologia contemporânea; (10) os docentes validaram os seguintes temas para compor as referências a fim de avaliar aprendizagem numa perspectiva de formação docente: Gestão do Trabalho Pedagógico: Administrando Novos Paradigmas Educacionais; Avaliação: Instrumento da Gestão do Trabalho Pedagógico; Planejamento de Ensino e Aprendizagem; Os Saberes para Avaliar Aprendizagem; Avaliar</p>	<p>Avaliação. Aprendizagem. Formação docente. Educação superior. Referenciais para avaliar. Docência superior.</p>

	<p>numa Perspectiva de Construção do Conhecimento; As Concepções de Aprendizagem que Fundamentam a Avaliação; Tecnologia Utilizada como Recurso Didático; Técnicas e Instrumentos: Avaliação e Medida. Nas conclusões, buscou-se, a partir dos resultados, sugerir ações que viabilizem ajustes na política de formação para o exercício da docência superior e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade das aprendizagens rumo ao estabelecimento de competências profissionais dos alunos.</p>	
2	<p>Este artigo apresenta resultados da Dissertação de Mestrado: "Custo Direto de Financiamento das Escolas Públicas Municipais de Teresina - Piauí", tendo como objetivo determinar os custos educacionais do município, especificamente aqueles relacionados ao custo direto de funcionamento de 17 escolas municipais. A referida dissertação procurou responder a três questionamentos: a) Qual o custo-aluno/ano das escolas públicas do Ensino Fundamental da rede pública municipal de ensino de Teresina em 2006? b) Qual(is) a(s) categoria(s) de insumos apresenta(m) maior participação na composição do custo direto das escolas municipais e que fatores se apresentam como elementos intervenientes nesse custo? e por fim, c) qual a participação do Fundef na composição do custo-aluno/ano na rede pública municipal de ensino de Teresina em 2006? Para aprofundar o resultado do último questionamento, procurou-se desagregar as despesas/aluno empreendidas pelo município de Teresina em 17 escolas públicas municipais, escolhidas intencionalmente e atendendo determinadas características, na perspectiva de identificar a participação do Fundef em relação às despesas por escola nas diferentes etapas do Ensino Fundamental em cada zona atendida (rural e urbana). Buscou-se, nos estudos de Schultz (1973), Verhine (1998, 2003), Castro (1973, 1976), Davies (1999, 2004, 2005) e na legislação educacional vigente, a base epistemológica necessária para dialogar com os dados coletados. Constatou-se que o custo aluno/ano médio das escolas pesquisadas ficou bem acima do valor aluno/ano definido nacionalmente para Fundef, vindo a reforçar algumas críticas pontuadas na literatura sobre o não cumprimento, por parte Governo Federal, do que determinava o § 1º do art. 6º da lei 9.424/96 que tratava da metodologia do cálculo na definição do valor mínimo nacional.</p>	<p>Financiamento do ensino público. Custo-aluno/ano. FUNDEF.</p>
3	<p>O artigo apresenta os resultados de estudo sobre o atendimento e o financiamento da educação infantil municipal em seis capitais brasileiras realizado no âmbito da pesquisa Educação infantil no Brasil: avaliação qualitativa e quantitativa, desenvolvida pela Fundação Carlos Chagas em parceria com o Ministério da Educação e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Foram ouvidos gestores e técnicos das Secretarias de Educação dos municípios e analisados documentos sobre o atendimento de educação infantil, assim como relatórios e registros contábeis dos recursos aplicados na educação nos anos de 2007, 2008 e 2009. Complementarmente, foram consultados o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação e os dados estatísticos sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, disponíveis na internet na página eletrônica do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Os dados e informações obtidos foram compilados e organizados em tabelas, gráficos e quadros comparativos e em indicadores de gasto por aluno/ano. O estudo evidenciou a diversidade na composição do atendimento e a</p>	<p>Financiamento da educação; educação infantil; política educacional; Fundeb</p>

	existência de profundas desigualdades no financiamento da educação infantil nas seis capitais.	
4	Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada em Teresina/ PI, cujo objetivo foi apreender os mecanismos produtores de desigualdades educacionais no município. Foram identificados quatro mecanismos: a) a separação entre as redes privada e pública; b) as diferenças na oferta educacional das redes públicas estadual e municipal; c) as diferenças nos dois segmentos do ensino fundamental; d) o efeito das desigualdades socioespaciais sobre as oportunidades educacionais. Conclui-se que a diferenciação das redes de ensino, articulada a um sistema de matrículas que induz os pais a disputar entre si vagas em escolas de maior prestígio, cria um quase mercado educacional por meio do qual são produzidas desigualdades escolares. Conclui-se ainda que a concorrência entre as redes engendra mecanismos de interdependência e mútua reprodução.	Quase mercado educacional; desigualdades educacionais; efeito de território; políticas educacionais; Teresina
5	Por que a União precisa aportar mais recursos para a área de educação? Este artigo faz uma contextualização da política educacional brasileira, enfatizando as políticas de fundo (Fundef e Fundeb); apresenta histórico do processo de municipalização e o estudo do custo aluno/ano da Educação Infantil em Teresina, em 2012. Por meio do método de ingredientes, calculou-se o custo aluno/ano, estabelecendo-se um plano de coleta e envolvendo seis categorias relacionadas aos custos diretos de funcionamento das pré-escolas. Constatou-se que o custo da Educação Infantil do município de Teresina ficou acima do valor Fundeb e abaixo do valor projetado para o CAQi e que as receitas do município (próprias e do Fundeb) não são suficientes para atender à demanda da Educação Infantil com a qualidade que a população há tantos anos reclama, o que o Fundef durante dez anos negligenciou, e que o Fundeb ainda não a financia plenamente.	Financiamento da Educação; Educação Infantil; CAQi; Fundeb.
6	Esse artigo objetiva analisar as condições para o acesso e permanência na escola militarizada, o padrão de qualidade, os recursos financeiros, pedagógicos, administrativos e de gestão investidos pela SEDUC-PI. Neste estudo, delineamos o processo de militarização das escolas da Educação Básica da Rede Estadual Pública do Piauí de 2015 até os dias atuais, caracterizando a primeira escola militar do Estado do Piauí, assim como denunciando o caráter antidemocrático dessa escola e, por fim, o Projeto de Lei nº 51 de 26/03/2019 de expansão da militarização que está tramitando na ALEPI. Os resultados apresentados evidenciam que o tratamento por parte da SEDUCPI no processo de gestão e financiamento na escola militarizada é diferenciado, com investimento como “modelo” de um padrão de qualidade em detrimento das demais escolas da rede estadual de educação.	Educação Básica. Militarização das Escolas. Gestão da Educação
7	Este estudo tem como objetivo analisar os desdobramentos da instituição da hora-atividade no trabalho do professor do ensino médio da rede estadual do Piauí, dentro do contexto das políticas educacionais implementadas no Brasil nas duas últimas décadas. Para isso, realizou-se uma revisão de literatura, com auxílio de uma pesquisa documental, sobre a jornada de trabalho dos professores da educação básica no país e as políticas educacionais que regulamentam a hora-atividade. Em seguida, analisam-se os dados de entrevistas semiestruturadas realizadas com: dois gerentes das Gerências Regionais de Educação da Secretaria de Estado da Educação do Piauí, 20 professores de ensino médio e um integrante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Piauí. Os resultados mostram que o avanço no cumprimento da hora-atividade se confronta com as	Jornada de trabalho. Ensino médio. Docência. Hora-atividade

	condições de trabalho ainda inadequadas nas escolas, com a ingerência na organização pedagógica do tempo de trabalho do professor e com os baixos salários.	
8	Este artigo tem por objetivo investigar o financiamento da educação na rede estadual do Piauí, destacando a composição das receitas, a aplicação de recursos de impostos e transferências em Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (MDE) e o movimento do FUNDEB, de 2007 a 2017. A abordagem metodológica adotada foi de natureza qualitativa, com base em pesquisa documental, mediante adoção de fontes primárias e secundárias. A pesquisa revelou que a composição das receitas no estado tem maior participação do ICMS e do FPE; que embora seja previsto na Constituição Estadual do Piauí a aplicação mínima de 30%, não houve respeito a esse dispositivo constitucional de 2007 a 2017 e que a rede estadual tem perdas significativas no sistema de partilha do FUNDEB, cujos valores não são compensados pela complementação da União.	Política Educacional. Direito à Educação. Financiamento da Educação.
9	O presente artigo analisa a relação entre a gestão da política de avaliação na educação infantil no município de Teresina, Piauí, e a lógica da meritocracia dessa política. O estudo recorreu à pesquisa bibliográfica e documental e, complementarmente, à utilização da entrevista semiestruturada para coleta de dados sobre a realidade investigada. A partir da compreensão de que a realidade local se articula e exige uma visão de totalidade, são discutidos os modelos de gestão na perspectiva gerencial, que orientam a reforma do Estado tanto em âmbito nacional quanto municipal em Teresina. Nesse contexto, reproduzem-se, também na gestão da educação infantil de Teresina, os modelos de gestão orientados pelo gerencialismo, a accountability e a Nova Gestão Pública.	Avaliação Externa; Educação Infantil; Política Educacional
10	O estudo tem como objetivo analisar quais as principais demandas e os modelos de atendimento utilizados por 72 psicólogas inseridas na Educação Básica, nos Institutos Federais e nas Universidades Federais do estado do Piauí, Nordeste do Brasil, por meio de uma análise de conteúdo de três bancos de dados do Núcleo de Estudo em Desenvolvimento Humano, Psicologia Educacional e Queixa Escolar (PSIQUED) nos últimos cinco anos; sendo eles, Banco 1: Psicólogas inseridas na Educação Básica; Banco 2: Psicólogas inseridas nos Institutos Federais (IFs); Banco 3: Psicólogas inseridas nas Universidades Federais (UFs). Os resultados obtidos frente as principais demandas estão relacionadas à saúde mental e emocional e aos processos de aprendizagem; os modelos de atendimento mais utilizados foram os modelos clínico e institucional, respectivamente. Concluindo-se que ainda há pouco desenvolvimento da prática crítica do modelo educacional, e apesar da maioria das atuações terem um caráter clínico, há um olhar potencializador frente ao avanço da prática institucional.	Educação pública; Demandas Educacionais; Modelos de atendimento; Psicologia Escolar
11	O artigo analisa criticamente a avaliação diagnóstica de Língua Portuguesa adotada pelo município de Caxingó nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como abordando o papel da avaliação na sociedade como instrumento de direcionamento da prática pedagógica do professor diante dos resultados obtidos. A realidade desse trabalho se mostra pertinente por contribuir para uma reflexão sobre a intervenção das instituições educativas, neste caso a Coordenação Pedagógica de Ensino/Aprendizagem da Secretaria Municipal de Educação, em apresentarem encaminhamentos metodológicos específicos pertinentes para a transformação da realidade. Como metodologia	Avaliação Diagnóstica, Ensino Fundamental, Língua Portuguesa, Encaminhamentos Metodológicos

	<p>analisaremos os resultados das avaliações diagnósticas aplicadas pela SEMEC nas escolas públicas municipais do 2º e do 5º no ano de 2019, os principais encaminhamentos metodológicos propostos serão apresentados neste artigo, e ainda esperaremos a segunda aplicação da avaliação diagnóstica em novembro do corrente ano para conclusões desta pesquisa.</p>	
--	--	--

Fonte: SCIELLO Brasil, 2024.

A partir da análise dos resumos desses trabalhos foi possível identificar as tendências desses estudos, lacunas e metodologias presentes na pesquisa em política educacional no Piauí, apresentado no quadro 3, abaixo:

Quadro 3: Tendências de pesquisa dos artigos selecionados

Código	Eixo temático	Nível	Etapa	Recorte espacial
1	Avaliação educacional	NS	GR	Federal
2	Financiamento da Educação	EB	EF	Estadual
3	Financiamento da Educação	EB	EI	Municipal
4	Planejamento e Gestão da Educação	EB	EF	Municipal/Estadual
5	Financiamento da Educação	EB	EI	Municipal
6	Planejamento e Gestão da Educação	EB	EM	Estadual
7	Planejamento e Gestão da Educação	EB	EM	Estadual
8	Financiamento da Educação	EB	EF	Estadual
9	Avaliação educacional	EB	EI	Municipal
10	Planejamento e Gestão da Educação	EB	EM	Estadual
11	Avaliação educacional	EB	EF	Municipal

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O quadro acima indica o eixo temático, o nível de ensino, a etapa de ensino e o recorte espacial, que os estudos realizados pelos autores desses trabalhos abordaram, sendo destacados da seguinte forma: a) Eixos temáticos, o Financiamento da Educação foi foco de estudo de 36,36% desses trabalhos, a Avaliação Educacional

com a outra parte de 36,36% e o Planejamento e Gestão da Educação ficou com uma média aproximada de 28% dessa produção.

Nos Níveis de Ensino, foi contemplado a Educação Básica em 91% desses trabalhos, enquanto a Educação Superior foi citada em apenas 9% deles. Nota-se que os estudos tiveram enfoque maior na etapa da Educação Infantil, seguido do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Graduação. Considerando ainda, que dois dos artigos abrangeram as três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

No que diz respeito a recorte espacial, os trabalhos abrangeram todos os âmbitos de ensino: municipal, estadual e federal. Com esse resultado foi possível observar a ausência de publicações de artigos sobre as políticas educacionais do Piauí entre os anos de 1996 e 2006 no Portal de Periódicos da Capes; as primeiras publicações desses trabalhos aconteceram somente a partir do ano de 2007.

Destaca-se que houve um aumento de publicação de artigos sobre políticas educacionais no estado do Piauí nos últimos quatro anos pesquisados. O financiamento da Educação Básica foi a principal temática de estudo. No entanto, Sales (2016) diz que ainda existe uma “insuficiência de recursos” para custeio da educação. Considera-se que o baixo investimento de recursos destinados à educação é um agravante na qualidade do ensino.

Ao examinar as produções coletadas, foram constatados aspectos críticos relacionados às políticas educacionais no Brasil, destacando a carência de recursos e a urgência de políticas públicas mais eficazes. As produções apresentam uma análise aprofundada da situação atual das políticas educacionais no Brasil, destacando a complexidade e os desafios enfrentados, sugerindo a necessidade de políticas mais robustas e bem estruturadas para assegurar o direito humano à educação.

Estudos sobre políticas educacionais podem revelar as dificuldades enfrentadas no estado do Piauí quanto aos recursos e programas adequados e a forma como são distribuídos. A presente pesquisa contribuirá diretamente para as pesquisas em política educacional, para o desenvolvimento de investigações com vistas a ação estatal voltadas para a elaboração de políticas educacionais visando a formação humana na educação, contribuindo para entender e atuar de maneira crítica e informada, tendo acesso facilitado a um panorama das diversas publicações sobre o tema, que norteiam o sistema educacional brasileiro.

Dentro deste escopo, as políticas educacionais estão profundamente inseridas, pois decisões sobre financiamento, currículo e gestão escolar por exemplo, são em sua maioria ditadas por interesses políticos e empresariais e necessitam de uma análise cuidadosa para garantir que as políticas implementadas realmente atendam às necessidades da região e promovam justiça social e a paridade na educação, sendo a produção acadêmica sobre estes temas, importante instrumento nesse processo.

Ao documentar e analisar, através da pesquisa nos portais de periódicos, as produções acadêmicas sobre as políticas educacionais do Piauí, buscou-se inventariar as pesquisas e suas especificidades desenvolvidas sobre e no estado do Piauí. Isso ampliará e contribuirá para as discussões sobre as políticas educacionais no Brasil e os projetos implementados no contexto e realidade piauiense.

Ao pesquisar com foco no estado do Piauí, o estudo pretende dar mais substância às produções acadêmicas sobre o estado, e ter um levantamento sobre a produção acadêmica saindo do foco que muitas vezes se concentra em outros estados, visa maior representatividade regional, incentivando mais pesquisadores. Espera-se contribuir para a produção de conhecimento mais inclusivo e diverso, que possa servir de base para a formulação de políticas públicas eficazes e que contemplem as necessidades regionais ao mesmo tempo em que fortalece as produções acadêmicas.

SEÇÃO III

4.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do estudo realizado sobre as políticas educacionais desenvolvidas no Piauí, no período de 1996 a 2022, sinalizou a partir do mapeamento da produção acadêmica sobre o tema apresentado, que houve uma demora na circulação do conhecimento sobre política educacional no Piauí.

Considerando que o primeiro trabalho encontrado publicado no site de busca, foi somente em 2007, apontando um aumento pouco significativo na década passada, apresentando um desenvolvimento maior nas publicações de artigos científicos somente nos últimos quatro anos pesquisados (2019, 2020, 2021 e 2022).

No que se refere a análise dos trabalhos, salienta-se a dificuldade na clareza de alguns resumos, sendo necessário fazer a leitura do trabalho completo para alcançar os objetivos da pesquisa em questão. Com isso, constatou-se que a tendência dos estudos sobre políticas educacionais no Piauí, foram voltadas para as temáticas Financiamento da Educação, Avaliação Educacional, Planejamento e Gestão da Educação. Sobretudo, destacou-se o financiamento da educação com abordagens a nível da Educação Básica nas etapas do Ensino Fundamental, seguida pelas etapas da Educação Infantil e Ensino Médio.

Desde as primeiras publicações identificadas até o aumento na circulação de trabalhos nos últimos anos, observa-se um crescente interesse e necessidade de aprofundamento nesse campo. Dessa forma, a pesquisa não apenas mapeia e analisa a produção de conhecimento sobre as políticas educacionais desenvolvidas no Piauí, mas também abre caminho para novos questionamentos e investigações futuras. A carência de produção específica para o estado destaca a urgência de superar as dificuldades existentes para a consolidação de um corpo robusto de pesquisas.

Ademais, ao enfatizar a importância de estudos e trabalhos relacionados às políticas educacionais, este trabalho contribui para a construção de um entendimento mais profundo e direcionado das necessidades e desafios enfrentados pelo sistema educacional piauiense. Assim, espera-se que os resultados aqui apresentados incentivem a realização de novas pesquisas que possam subsidiar políticas públicas educacionais mais eficazes e equitativas para a educação no Piauí.

REFERÊNCIAS

BARROS, M. O.; NEGREIROS, F.; CARVALHO, L. S. **Psicólogas Piauienses em Políticas Educacionais**: demandas e modelos de atendimento. Revista De Psicologia, V. 13, n.2, p. 106 – 121, jul./dez. 2022. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/71498>. Acesso em: 10 set. 2023.

BASSI, M. E. **Financiamento da Educação Infantil em seis capitais brasileiras**. Cadernos De Pesquisa, São Paulo, v. 41, n.142, p. 116-141, abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/i/2011.v41n142/>. Acesso em: 09 set. 2023.

BRASI. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BELLO, I. M.; JACOMINI, M. A.; MINHOTO, M. A. P. **Pesquisa em política educacional no Brasil (2000 2010)**: uma análise de teses e dissertações. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 369-393, jul./dez. 2014. Disponível em: Práxis Educativa. Acesso em: 28 set. 2025.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência – por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas**. Tradução de Sérgio Miceli. Petrópolis: Vozes, 2005.

BAPTISTA, C. R. et al. **Inclusão e escolarização**: múltiplas perspectivas. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722006000200010>. Acesso em 20 de out.de 2023.

DAMASCENO, A. C. S.; DAMASCENO, C. S.; RIBEIRO, S. M. O. **Avaliação diagnóstica no ensino fundamental anos iniciais**: relato de experiência sobre uma intervenção na língua portuguesa na rede municipal de ensino de Caxingó/PI. Revista De Instrumentos, Modelos E Políticas Em Avaliação Educacional, Fortaleza, V.3, n. 2, p. 1-11. jun. 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/impa/article/view/6696>. Acesso em: 10 set. 2023.

DUARTE, M. J. R. **A produção científica sobre financiamento da educação nos programas de pós-graduação em educação das instituições federais de educação superior do nordeste brasileiro (2000-2017)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciada Plena em Pedagogia) - Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI, 2018.

ÉRNICA, M. **Desigualdades educacionais no espaço urbano**: o caso Teresina. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 18, n. 54, p. 523-788 jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/i/2013.v18n54/>. Acesso em: 10 aet.2023.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, Denise, T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GÜNTHER, H. **Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa**: Esta é a Questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 22 n. 2, p. 201-210. Mai./ago. 2006.

GURGEL, C. R.; LEITE, R. H. **Avaliar Aprendizagem**: Uma Questão De Formação Docente. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio De Janeiro, v. 15, n. 54, p. 145-68, mar. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/i/2007.v15n54/>. Acesso em: 09 set. 2023.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017.

LIMA, C. L. S.; SILVA, M. S. P. **Avaliação Externa E Gestão Da Educação Infantil No Município De Teresina, Piauí**. *Estudos Em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 32, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/8321>. Acesso em: 10 set. 2023.

MAINARDES, J.; TELLO, C. **A pesquisa no campo da política educacional**: Explorando diferentes níveis de abordagem e abstração. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 24n. 75, p. 1-17, jul.2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.24.2331>: acesso em: 25 set. 2025.

MELLO, M. A. **Estado, governo e políticas públicas**. In: MICELI, S. (Org.). *O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré, 1999.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. Tradução de Agemir Bavaresco e Alceu R. Ferraro. 2. ed. Pelotas: EDUCAT, 2004.

SALES, L. C.; SILVA, M. J. G. S. **O Financiamento Da Educação Pública Municipal De Teresina**: O Custo-aluno/ano. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio De Janeiro, v. 17, n. 65, p. 695-718. dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/i/2009.v17n65/> . Acesso em: 09 set.2023.

SALES, L. C.; SOUZA, A. M. **O custo aluno da Educação Infantil de teresina**: entre a realidade do FUNDEB e o sonho do CAQI. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.32, n.01, p. 55-77, jan-mar. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698141253>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/i/2016.v32n1/>. Acesso em: 10 set. 2023.

SANDER, Benno. **A Produção do Conhecimento em Políticas e Gestão da Educação**. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 11, n. 20, p. 41-54, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3215/2900>. Acesso em: 15 set. 2023.

SILVA, S.O.; ADRIÃO,T. M. de F.; ALMEIDA, L. R.V.B. **Panorama Geral do Financiamento da Educação na Rede Estadual do Piauí, pós instituição do Fundeb no Brasil**. *Revista de Financiamento da Educação - FINEDUCA* – Porto

alegre, v. 10, n. 30, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/103897/58660>. Acesso em 10 set. 2023.

SOARES, M. G. F. et al. **Escola militar para quem?** O processo de militarização das escolas na rede estadual de ensino do Piauí. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAE, [s.l], v. 35, n. 3, p. 786 - 805, set./dez. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/96132/55510>. Acesso em: 10 set. 2023.

SOUSA, A. S.; MOURA, H. D. **Jornada de trabalho e docência:** uma análise da hora-atividade na rede estadual do Piauí. Revista Educação em Questão, Natal, v. 58, n. 55, p. 1-23, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/19125>. Acesso em: 10 set. 2023.

STREMEL, S. **A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil.** 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2016. Disponível em: <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/1209>: Acesso em: 25 set. 2025.